

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Um comerciante lê livros: negócios e cultura escrita no interior da América portuguesa

A merchant reads books: trade and written culture in the hinterland of Portuguese America

Maria Aparecida de Menezes Borrego*

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Jean Gomes de Souza**

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

iii


Recebido em: 29 abr. 2021.

Aprovado em: 01 out. 2021.




O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

* Professora-Doutora MS3 do Departamento de Acervo e Curadoria do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Atua no Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutora e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

 <https://orcid.org/0000-0001-5234-6693>

 <http://lattes.cnpq.br/1009048665138230>

** Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP. Membro dos grupos de pesquisa *Metamorphose | Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna* (CNPq-UnB), *Estudo e caracterização de documentos em suporte de papel* (USP) e *Deslocamentos, Mares e Rios* (CNPq-UNIFESP). (jhamgomes9@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-0293-2835>

 <http://lattes.cnpq.br/7302690995403548>

Resumo

Ao longo dos anos de 1730 e 1740, comerciantes e sertanistas atuantes nas minas de Cuiabá enviaram demandas de natureza diversa às autoridades locais e metropolitanas a fim de alcançarem vantagens no processo de ocupação do território. Nesse artigo, analisaremos um requerimento encabeçado pelo homem de negócios Luis Rodrigues Vilares, dirigido ao Senado da Câmara da Vila Real do Cuiabá em 1735, com vistas a obter autorização para o comércio de cavalos com os indígenas Guaykuru. Primeiramente abordaremos as demandas dos colonos, materializadas no documento peticionário, por meio dos registros textuais e dos papéis que o compõem, acompanhando seus contextos de produção, recepção, circulação e guarda. Em seguida, a partir das obras mobilizadas no manuscrito, a atenção recairá sobre a circulação de livros e ideias no interior da América portuguesa, a fim de captarmos as diferentes formas de apropriação dos conteúdos pelos requerentes. As solicitações dos comerciantes e seus encaminhamentos por parte dos funcionários régios evidenciaram que o grupo mercantil bem soube se inserir na organização do Império lusitano, fazendo chegar às instâncias administrativas o conhecimento de seus interesses em razão do domínio sobre os meandros da cultura escrita.

Palavras-chave: Comércio. Cultura escrita. Cultura material. América portuguesa.

Abstract

Throughout the 1730s and 1740s, traders and sertanists living in the mines of Cuiabá sent demands of a different nature to the local and metropolitan authorities in order to obtain advantages in the process of occupying the territory. In this article, we will analyze an application headed by the merchant Luis Rodrigues Vilares, addressed to the Municipal Council of Vila Real do Cuiabá in 1735, to obtain authorization to trade horses with the Guaykuru Indians. First, we will approach the settlers' demands, materialized in the petition, through the textual records and the papers that compose it, following their contexts of production, reception, circulation and guardianship. Then, based on the books mobilized in the manuscript, we will focus on the circulation of books and ideas within Portuguese America, in order to capture the different forms of the appropriation of the contents by applicants. The merchants' requests and their reception by the royal officials showed that the mercantile group knew how to insert itself in the organization of the Portuguese Empire, bringing to the administrative bodies the knowledge of their interests due to their control over the intricacies of written culture.

Keywords: Trade. Written culture. Material culture. Portuguese America.

Introdução

Corria o ano de 1736 quando o comerciante reinol Luis Rodrigues Vilares, atuante nas minas de Cuiabá, recebeu a notícia de que a expedição que financiara para descoberta de metais preciosos nas terras ao norte da chapada do Mato Grosso havia logrado êxito. Como no momento da boa nova estivesse lendo a "*Vida do grande Apostolo da Índia S. Francisco Xavier*", enviou uma missiva aos exploradores para que invocassem a proteção do santo para a continuidade dos trabalhos. Assim procedendo foram tão bem-sucedidos que batizaram o local com maior abundância de ouro como arraial de São Francisco Xavier, onde erigiram uma capela em sua devoção.

A associação entre o nome da localidade e o personagem do livro foi registrada por José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, quando esteve nas minas de Cuiabá e do Mato Grosso em 1750.¹ O funcionário régio não foi o único a destacar a prática de leitura do comerciante. Nos *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, em 1786, entre outros atributos, Vilares foi caracterizado como homem "muito lido".²

Natural de São Mamede de Ferreira, concelho de Coura, no Arcebispado de Braga, Vilares atravessara o Atlântico no começo dos Setecentos já conhecedor das letras e dos livros. No projeto de construção de um varadouro entre os rios Jauru e Guaporé, por ele elaborado na década de 1740, afirmou não só que lera o livro do jesuíta Simão de Vasconcelos, *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, cujas utilíssimas incitações e normas "desde minha infância tenho impressas n'alma", como tivera contato com a obra em seu formato material, "em Livro de quarto Dedicado a EL REY D. Pedro N. Senhor".³

No decorrer da vida no interior da América portuguesa, o homem de negócios continuamente recorreu às palavras e ao reconhecimento dos autores que lia para fazer valer suas vontades e atingir objetivos mercantis por meio de escritos de caráter peticionário e projetos dirigidos às instâncias coloniais e metropolitanas.

Neste artigo, nossa proposta é analisar um requerimento encabeçado por Luis Rodrigues Vilares, dirigido ao Senado da Câmara da Vila Real do Cuiabá em 1735, visando obter autorização

¹ FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 354-355, 1866. Cumpre ressaltar que José Barbosa de Sá menciona a chapada de São Francisco Xavier em finais de 1733. Cf. SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios thé os presentes tempos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5-58, 1901.

² *ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 60. Disponível em: <https://bit.ly/3dJTKtk>. Acesso em: 22 abr. 2021.

³ *PROJECTO da abertura do caminho de terra, ou Varadouro tirado desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba em MDCCXLIII*. Biblioteca Mário de Andrade, Coleção de Obras Raras e Especiais, ms. 43.

para o comércio de cavalgadas com os indígenas Guaykuru para introdução dos animais nas minas de Cuiabá.

Em primeiro lugar, a abordagem recairá sobre o requerimento como tipo documental⁴ e artefato. Sob esse prisma, o documento peticionário ganha protagonismo, tanto como forma de expressão dos conhecimentos adquiridos em prol de interesses a serem atingidos quanto como instrumento material privilegiado de comunicação escrita num império assentado em papéis. Em segundo lugar, a discussão se desenvolverá em torno dos usos de livros e os modos de lê-los praticados por Luis Rodrigues Vilares ao longo da argumentação tecida no requerimento.

Ao discutir o que é um texto, Donald Francis McKenzie recuperou a origem greco-latina dessa palavra, a qual remete à ideia de “tecido”, “teia ou rede”, que designava o entrelaçamento de qualquer tipo de material. Tal concepção evoca um “processo de construção material”, cujo resultado é um objeto. Nesse sentido, defendeu o bibliógrafo, um texto pode ser entendido como uma teia de palavras e a escrita, por sua vez, como tecer fios.⁵

Para Márcia Almada, baseando-se em McKenzie e na perspectiva da Cultura Material, a análise da materialidade dos documentos possibilita o acesso a respostas que, possivelmente, não poderiam ser alcançadas de outras formas, bem como oportuniza a construção de sua biografia, na medida em que a historicidade dos objetos deixa vestígios na matéria.⁶

Como o conhecimento não viaja por si só, é necessário que haja um suporte físico que lhe dê consistência. Conforme assinalou Lissa Roberts, o processo de materialização não o torna veículo neutro de conhecimento, mas antes altera a informação corporificada, afeta seus significados e a dissemina em novas direções. Assim, ao perscrutar a circulação de determinadas ideias faz-se necessário considerar simultaneamente a circulação dos objetos que as portam e dos agentes responsáveis por sua corporificação.⁷

Ao privilegiar a dimensão material dos documentos – o papel e o gesto da escrita –, intentamos destacar sua centralidade para a sobrevivência do Império, cujo sucesso dependia, em grande medida, da produção escrita que se desenvolvia nos territórios ultramarinos.

Tal produção, entretanto, era dificultada, mas não impedida, pela escassez de papel que grassava na América portuguesa, muitas vezes lamentada pelos oficiais régios. No mesmo período de elaboração do requerimento em tela, das minas de Cuiabá escrevia o intendente e

⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3dKsF9z>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁵ MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018, p. 26-27.

⁶ ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 17-40; ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-147, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ACgeVd>. Acesso em: 13 out. 2021.

⁷ ROBERTS, Lissa. The Circulation of Knowledge in Early Modern Europe: Embodiment, Mobility, Learning and Knowing. *History of Technology*, v. 31, p. 47-68, 2012.

provedor da fazenda real, Manuel Rodrigues Torres, ao rei D. João V informando-o de que faltava papel na região para registrar a cobrança de dízimos e reclamando remessas para tal fim.⁸

A carência de insumos para a escrita não era, entretanto, exclusiva da porção mais ocidental da América portuguesa. Nas cartas comerciais remetidas pelos correspondentes coloniais do abastado homem de negócio português, Francisco Pinheiro, a falta de papel é tônica recorrente durante a primeira metade do século XVIII em localidades como Salvador, Rio de Janeiro e Santos.⁹

No caso de Cuiabá, o que complicava ainda mais a situação de abastecimento papelero era a difícil comunicação entre as minas e São Paulo, capital da capitania, que se dava majoritariamente por rios, num trajeto que requeria cerca de 5 meses para ser vencido. O percurso era marcado pela navegação de águas turbulentas, travessia de acidentes hidrográficos – cachoeiras, itaipavas e saltos – que, muitas vezes, demandava desembarque parcial ou total dos tripulantes, passageiros e cargas das embarcações, as quais eram levadas à sirga ou varadas por terra.

Não só os percursos realizados pelos papéis enquanto mercadorias, mas também a percepção dos caminhos percorridos pelos documentos e seus modos de arquivamento tem muito a oferecer no que diz respeito ao entendimento do funcionamento do Império português. Tributária das análises de Antonio Castillo Gómez, Adriana Angelita da Conceição afirma que a dispersão e a trajetória custodial dos documentos textuais no período moderno são elementos importantes para a compreensão dos tempos do escrito,¹⁰ haja vista serem reveladores das “práticas da arte de governar” e contribuir para a reflexão sobre “a cultura escrita das relações políticas de modo mais global”.¹¹

Como tipo documental, o requerimento do grupo mercantil pode ser compreendido no âmbito do direito de petição vigente na cultura política do Antigo Regime. Segundo Adriana Romeiro, a atividade peticionária congregava representações, petições e requerimentos endereçados ao soberano. Tais documentos continham solicitações, mercês, queixas e descontentamentos dos vassallos frente aos abusos das autoridades locais.¹² Para além de funcionarem como instrumentos privilegiados de comunicação entre os vassallos e as instâncias administrativas coloniais e o próprio rei, como bem assinalou Maria Fernanda Bicalho, os

⁸ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. Papéis em circulação na capitania de São Paulo (século XVIII): apontamentos preliminares. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 14, n. 17, 2020, p. 118. Disponível em: <https://bit.ly/3lFandK>. Acesso em: 14 out. 2021.

⁹ *Ibidem*, p. 124.

¹⁰ CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, vol. 3, n. 5, 2003, p. 116.

¹¹ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da “Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...)” escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, 2017, p. 12-13. Disponível em: <https://bit.ly/2F0ltHP>. Acesso em: 22 abr. 2021.

¹² ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 51, fasc. 1, p. 107-121, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3t4elNf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

conteúdos das demandas podem ser tomados como atos discursivos que descortinam facetas do cotidiano, das expectativas e dos projetos dos coevos.¹³

Em estudos de caráter teórico, Roger Chartier e Robert Darnton destacaram as dificuldades que o pesquisador encontra ao se aventurar pelas veredas da história da leitura, em virtude das limitações impostas pelas fontes existentes.¹⁴ Se, por um lado, *quem* leu, *o que*, *onde* e *quando* são questões cujas respostas são mais acessíveis, por outro, *como* leu e *por que* são perguntas mais desafiadoras,¹⁵ pois são raros os depoimentos pessoais que oportunizam a construção dessa história,¹⁶ o que faz com que as indagações colocadas há 30 anos por Robert Darnton ainda se mantenham atuais.

Longe de ser uma atividade passiva, argumenta Michel de Certeau, a leitura é ato de produção, de modificação do seu objeto. A partir da conjugação das frações de um texto, cria-se algo distinto daquilo que ele era, posto que admite uma multiplicidade irrestrita de significados.¹⁷

Amparados, pois, pelos estudos dos referidos autores sobre as dimensões materiais e textuais dos documentos, os tempos do escrito, a história do livro e da leitura, e o papel da cultura escrita no Império português, partimos para a análise do requerimento ora em questão.

O requerimento: tipo documental e artefato

Trata-se da *Copea da petição e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rêquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Sinco annoz*, que corresponde ao documento 23 do códice com a cota Ms. 296, salvaguardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Composto por 202 folhas, de dimensões 33 x 22 cm, o códice em papel reúne num único volume 61 documentos e era proveniente da biblioteca dos Viscondes de Balsemão, como se constata pelos dizeres à tinta no verso da capa de encadernação: "Da Livraria do Ex.mo Sr. Visconde de Balsemão".¹⁸

Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), nobilitado 1º Visconde de Balsemão em 1801, foi governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá entre os anos de 1769 e 1772. Em seu retorno para Portugal, levou na bagagem documentos produzidos na colônia para sua biblioteca particular. Os papéis – originais ou cópias – extrapolavam o período

¹³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴ DARNTON, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 203; CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77.

¹⁵ DARNTON, Robert. A história da leitura..., *Op. cit.*, p. 203.

¹⁶ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura..., *Op. cit.*, p. 96.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 265.

¹⁸ Dados fornecidos pela BPMP em fevereiro de 2021.

de seu mandato e continham informações sobre os mais variados assuntos, dado seus múltiplos interesses pessoais.¹⁹ Na década de 1830, em meio às lutas liberais, junto ao sequestro de outras livrarias particulares e de congregações religiosas da região, a coleção foi tomada pelo Estado português. Tais bibliotecas correspondem ao fundo primitivo da Biblioteca do Porto, fundada a 9 de julho de 1833.²⁰

O requerimento corresponde aos fólhos que vão do 83 *recto* ao 89 *recto*, escritos em ambos os lados, e é uma cópia cuja matriz teria sido o livro 4º de registros do Senado da Câmara de Cuiabá.²¹ Seu autor material foi João da Silva Nogueira – escrivão dessa instituição pelo menos desde de 1736²² – que o reproduziu em 4 de janeiro de 1771 junto a outros 4 documentos relacionados ao requerimento, conforme ele assinalou ao final do último.

A cópia foi produzida com letra de tipo humanístico, *ductus* cursivo, inclinação à direita e peso leve.²³ Em sua maior parte as minúsculas foram grafadas em módulo pequeno e as maiúsculas em módulo médio, havendo a presença pontual de letras de módulo grande nas iniciais de cada um dos parágrafos do anverso do primeiro fólho. A disposição da escrita sobre o suporte é regular, havendo uma média de 33-4 linhas por fólho, bem como uma constância no espaçamento entre as linhas e as margens ao longo do texto. Mediante a necessidade de separação do vocábulo em decorrência do término da pauta, o copista a indicou alternando entre o uso de hífen e do sinal de igual. Por essas características depreende-se que ele foi redigido por alguém familiarizado com a escrita.²⁴

Levar em consideração a familiaridade do escrivão com a escrita para a produção de documentos, ainda que fossem cópias, não é de somenos importância nas minas de Mato Grosso no início da década de 1770. De acordo com os estudos sobre o cenário educacional na região durante os Setecentos, os jesuítas para lá se dirigiram somente em 1751 acompanhando o governador D. Antonio Rolim de Moura, onde permaneceram por menos de uma década em razão da expulsão à ordem por Pombal em 1759. Gilberto Luz Alves afirma que, durante o tempo em que estiveram nas minas, os inicianos concentraram suas atividades nas práticas de

¹⁹ MEIRELES, Maria Adelaide; CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 32, jan/jun 1997. Disponível em: <https://bit.ly/32VaPKF>. Acesso em: 28 abr. 2021.

²⁰ COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n. 1, 2012, p. 142-144. Disponível em: <https://bit.ly/3b3tyZ9>. Acesso em: 28 abr. 2021.

²¹ Segundo nos informou o Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, a documentação da Câmara de Cuiabá se perdeu num incêndio no início do século XX, o que impossibilitou a averiguação da informação dada por João da Silva Nogueira. Desse modo, vale destacar a importância da cópia do Porto como sendo o testemunho manuscrito mais antigo conhecido. Dele foi feita uma fotocópia que se encontra no Fundo Sérgio Buarque de Holanda, no SIARQ-Unicamp (Pt 293 P67P).

²² *CÓDICE (incompleto/cópia) do regimento da justiça do ano de 1736, feito pelo escrivão da Câmara e Almotaçaria, João da Silva Nogueira*. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, BR MTAPMT CVC-CC-0303.

²³ Tipo, *ductus*, inclinação, módulo e ligadura estão entre os elementos descritos por Luis Núñez Contreras como sendo constitutivos da escrita. CONTRERAS, Luís Núñez. *Manual de paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Cátedra, 1994, p. 38-44.

²⁴ A caracterização do requerimento foi empreendida a partir de uma cópia digitalizada em alta resolução disponibilizada pela BPMP.

aldeamentos indígenas, não mencionando suas iniciativas no campo do ensino de primeiras letras. Em realidade, as medidas pioneiras para a criação de aulas régias em Mato Grosso datam de 1775 quando a Câmara de Vila Bela procurou regulamentar os estudos das Escolas Menores.²⁵

A implantação tardia da instrução pública nas minas de Cuiabá e do Mato Grosso não significa, entretanto, que a capitania fosse uma seara infértil para o universo das letras, haja vista a existência da rica e diversificada biblioteca de José Barbosa de Sá²⁶ e os livros mobilizados por Vilares em suas demandas. Nesse sentido, tal quadro evidencia que a cultura escrita não precisa ser pensada necessariamente a partir da posse de livros ou dos registros da educação formal, mas também pode ser discutida por meio de documentos peticionários tomados como fontes para seu estudo, como o requerimento em questão, objeto deste artigo.

Nos fólios de numeração ímpar (83, 85, 87 e 89) constam a mesma marca d'água, descrita como um "escudo, contorno simples, ornamentado, com cinco quinas no campo e bordadura com sete castelos, sob coroa real e sobre as letras maiúsculas, contorno duplo, SG"²⁷ (ver figura 1).

²⁵ ALVES, Gilberto Luz. Aulas régias na capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes e memória na história da educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 13-36.

²⁶ CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados-MS, v. 17, n. 29, p. 97-119, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3xuMclX>. Acesso em: 28 abr. 2021.

²⁷ SANTOS, Maria José Ferreira dos. *Marcas de Água: séculos XIV – XIX*. Coleção TECNICELPA. São João de Ver: Rainho e Neves, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3numRUX>. Acesso em: 28 abr. 2021. Agradecemos a Igor Alexandre da Silva Cassemiro pela identificação da marca d'água e pelas informações fornecidas.

Figura 1 – Marca d'água do papel utilizado no requerimento



Fonte: reprodução do fólio 93 do ms. 296 da BPMP

Se por um lado os repositórios de marcas d'água não apresentam informações sobre a origem do desenho em questão, as letras "SG" foram encontradas por Marina Furtado Gonçalves abaixo de seis outras marcas, todas associadas aos Gambinos, produtores de papel sediados em Gênova, na região da Ligúria, o que revela uma possível origem desse papel.²⁸

Tal constatação aponta tanto para o trânsito de papéis provenientes da península itálica no Império lusitano na segunda metade dos Setecentos como para a inserção das minas de Cuiabá nesse circuito papeleiro. Circulando originalmente como mercadorias, os papéis acabaram por se tornarem suportes para os registros textuais de documentos oficiais das instâncias administrativas, contendo, nesse caso, solicitações dos colonos no interior da América portuguesa. Nessa perspectiva, texto e papel deixam de ser considerados tão somente como conteúdo e forma, e passam a ser vistos em conjunto como a dimensão material das demandas dos vassalos no ultramar e dos encaminhamentos dados pelas autoridades a elas.

Embora conste a palavra "petição" no título do manuscrito, trata-se de um *requerimento*, pois há embasamento legal na solicitação dos requerentes. De acordo com Heloísa Bellotto, petição e requerimento correspondem a documentos diplomáticos peticionários

²⁸ GONÇALVES, Marina Furtado. *Fazer e usar papel: caracterização da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800)*. 2021. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 247, 249, 314, 359 e 385.

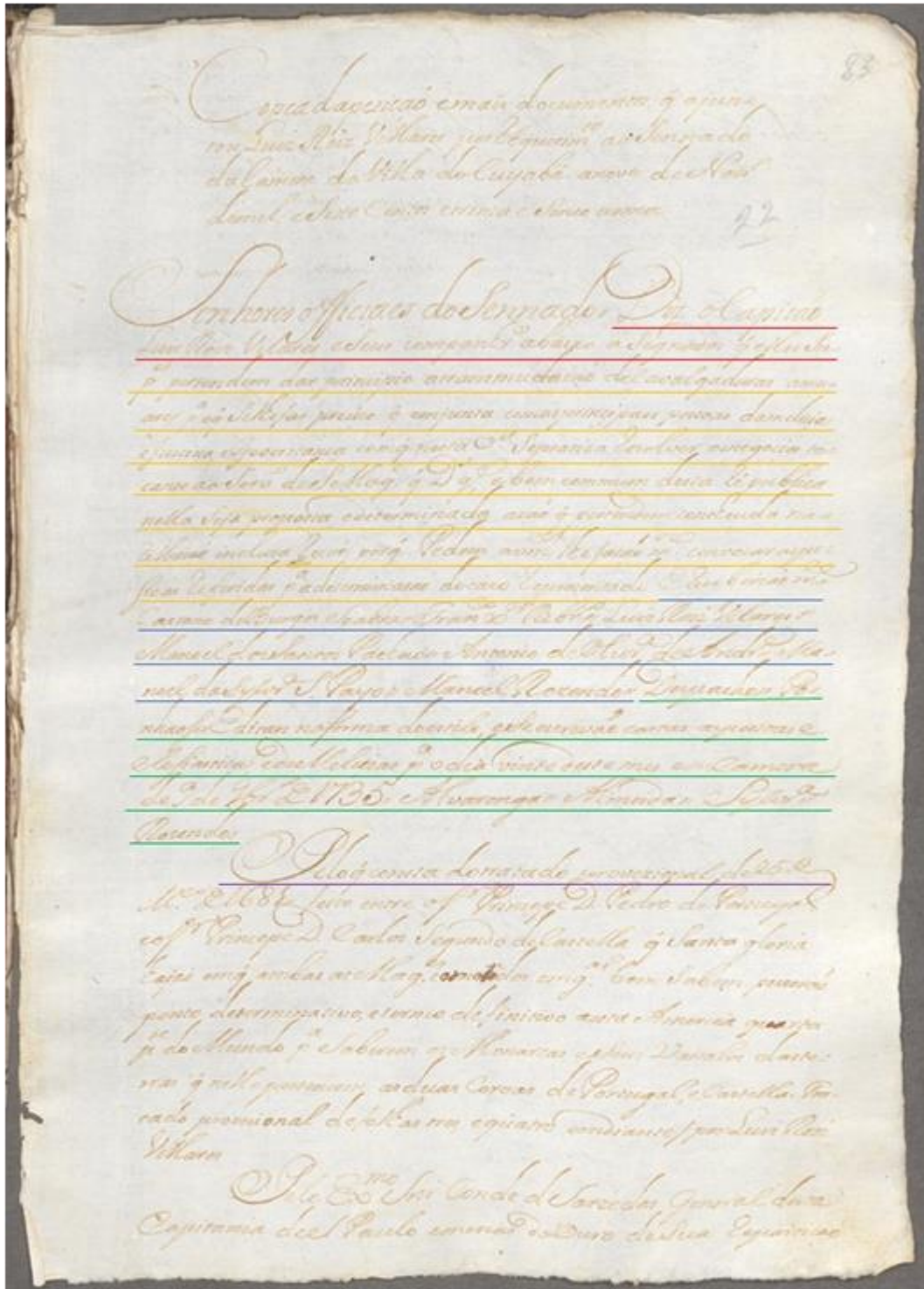
ascendentes. Sua diferença, em linhas gerais, diz respeito à fundamentação legal expressa no pedido: enquanto na petição, ela não é mencionada, no requerimento, a solicitação se baseia em atos legais ou na jurisprudência citados no corpo do texto.²⁹

Além disso, o requerimento ora analisado está estruturado segundo a classificação proposta pela Diplomática para tal tipologia documental. O protocolo inicial é formado pelo nome e qualificação do requerente que, no período colonial, eram antecidos pela palavra "Diz"; o texto alude ao próprio pedido, aos direitos que os solicitantes presumem ter e aos interesses para o que é solicitado; e o protocolo final traz a fórmula "e receberá mercê", sendo a assinatura do requerente facultativa.³⁰ No caso da solicitação em tela, a argumentação dos requerentes vem a seguir em forma de relação inclusa, contendo os direitos e os interesses envolvidos (ver figura 2).

²⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise...*, *Op. cit.*

³⁰ *Idem.*

Figura 2 – Fólio de abertura do requerimento



- Protocolo inicial
- Texto
- Protocolo final
- Despacho
- Início da relação inclusa (argumentação)

Fonte: reprodução do fólio 83r. do ms. 296 da BPMP (intervenção dos autores)

Escrito em 9 de novembro de 1735, o requerimento foi enviado ao Senado da Câmara de Cuiabá por Luis Rodrigues Vilares e seus companheiros comerciantes – Caetano de Burgos Seabra, Francisco da Silva Ribeiro, Manoel Rozendo, Antonio de Oliveira de Andrade, Manoel dos Santos Pacheco, Francisco Xavier Ribeiro e Manoel da Silveira Sampaio – solicitando que se lhes desse anuência para a compra de gado cavalar dos povos Guaykuru, de alcunha “cavaleiros”.³¹

A argumentação dos requerentes se desenvolve em três movimentos: (1) a recuperação dos feitos dos portugueses de São Paulo em todo espaço colonial enfrentando inimigos internos e externos em benefício da Coroa; (2) os esforços dos habitantes das minas de Cuiabá em prol d’El-Rey e da fé cristã naquele contexto; (3) os possíveis ganhos a serem conquistados caso o comércio com os Guaykuru fosse autorizado.

A relação quase sempre bélica com os indígenas marcou e pautou o estabelecimento dos colonos naquelas paragens, tanto que a rota ordinária das monções se mostrou como o único trajeto viável imposto pelos naturais da terra. Entretanto, viabilidade não equivalia a tranquilidade, haja vista que, ao longo de todo o século XVIII, os Kayapó, os Guaykuru e seus aliados Payaguá promoveram ataques sucessivos às expedições fluviais.³²

Em resposta às investidas, a partir de 1730 foram organizadas sucessivas expedições punitivas, sendo a de 1734, assentada no princípio da guerra justa ofensiva e orientada a promover a destruição total dos Payaguá, a de maior impacto em termos de afirmação militar da Coroa portuguesa na região e de aprisionamento de centenas de indígenas.³³ Foi justamente nesse contexto de derrota dos Payaguá canoieiros que o requerimento foi elaborado na expectativa de fazer trocas mercantis pelas vias fluviais aproveitando-se o fugaz momento de paz na navegação dos rios. O comércio foi sugerido, então, como alternativa ao conflito na relação entre colonos e indígenas e como agente promotor da cristianização dos nativos.

Ademais, os requerentes consideravam-se merecedores do direito de negociar com os índios cavaleiros justamente porque “com muito custo e perda de suas fazendas” haviam feito armadas contra os Payaguá. Tais tópicos, relacionadas ao estado de pobreza e aos sacrifícios feitos durante a conquista do território, encontram-se presentes em muitos pedidos de súditos do ultramar.³⁴ A recorrência evidencia não só a circulação de modelos peticionários na América portuguesa como também o domínio de recursos narrativos na busca do atendimento de suas reivindicações.

³¹ De acordo com Francismar Carvalho, a incorporação de cavalos ao modo de vida dos Guaykuru teve início por volta de fins do século XVI, em decorrência do contato com os castelhanos. O uso desses animais nas “correrias” promovidas pelos Guaykuru lhes assegurou inúmeras vantagens. CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII)*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 64-67.

³² *Ibidem*, p. 117-118.

³³ *Ibidem*, p. 255-261.

³⁴ HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. rev. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 105-115; MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008, p. 101-109; MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII*. Bragança Paulista: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2010.

No códice 296, a cópia do requerimento é seguida pela reprodução de quatro documentos diretamente a ele associados: um novo requerimento de Vilares endereçado ao regente da vila de Cuiabá com seu despacho e os pareceres do procurador do povo, do procurador da Coroa e do provedor da Fazenda Real, todos favoráveis à solicitação dos comerciantes.

A intenção do comércio de cavalos com os Guaykuru parecia já ser de conhecimento das instâncias administrativas. No dia seguinte ao parecer do provedor, em 28 de fevereiro de 1736, chegou a ele uma carta de Antônio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas, sobre essa questão. O governador da capitania de São Paulo julgava inconveniente e arriscado o referido comércio uma vez que o trânsito no território poderia favorecer a traição dos indígenas, o desvio do ouro para a Espanha e a fuga dos negros escravizados. Na missiva, requeria a formação de uma junta na Câmara que, após discussão sobre a matéria, lhe forneceria pareceres sobre o negócio.

Obedecendo às ordens do capitão-general, uma junta se reuniu no início de março de 1736 reafirmando a conveniência do comércio e estabelecendo as condições para sua realização. Juntamente com outros assuntos, essa matéria foi encaminhada para D. João V pelo ouvidor José Gonçalves Pereira, em 7 de outubro de 1736, obtendo igualmente parecer favorável do Conselho Ultramarino.³⁵ Não temos notícia se o comércio foi colocado em prática, pois no mesmo ano de 1736 o caminho de terra foi aberto para as minas de Goiás tendo à frente Antonio de Pinho Azevedo que delas retornou com os tão almejados animais.

Os usos dos livros nas demandas coloniais

O interesse de Luis Rodrigues Vilares em obter autorização para realizar o negócio com os Guaykuru cavaleiros pode ser medido pela engenhosidade investida na argumentação desenvolvida pelos seis fólios do documento. Para além de recorrer a leis do Império, ordens reais, bula papal, regimentos coloniais, previstos em documentos peticionários, o comerciante se valeu de livros religiosos, compêndio de efemérides e tratado de limites, publicados entre 1660 e 1718, para legitimar a transação pretendida.

A mobilização de diversas obras nos leva a conjecturar não só sobre a circulação e a posse de impressos nas minas de Cuiabá na primeira metade do século XVIII, como também sobre as possibilidades de leitura e os usos dos livros nas demandas coloniais em locais distantes do litoral e de difícil acesso. Referimo-nos ao livreto *Notícia e justificação e Tratado provisional de 1681*;³⁶ à reunião de acontecimentos da história de Portugal em *Anno histórico, Diário*

³⁵ CARTA do Ouvidor João Gonçalves (sic) Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaguá, a guerra com o gentio, a abertura do caminho para Goiás, investida contra os Paiaguá, e a ajuste que se fez com o Capitão Antônio de Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás. Anexo 6 autos. AHU-ACL-CU-010, cx. 1, doc. 89.

³⁶ NOTICIA e iustificaçam do titvlo, e boa fee com qve se obrou na Nova Colonia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo

portuguez;³⁷ às *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*³⁸ e *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*,³⁹ do padre Simão de Vasconcelos; e ao *Livro antepimeiro da História do futuro*⁴⁰ e às *Obras*⁴¹ do padre Antônio Vieira.

Cumpra alertar que as obras não estavam mencionadas no requerimento com seus títulos completos e/ou seus correspondentes autores, o que dificultou, à primeira vista, sua identificação. Tanto a dificuldade de reconhecer os títulos de livros listados nos documentos setecentistas como os métodos encontrados para elucidá-los foram apontados por Thábata Alvarenga e Rafael Dias da Silva Campos.

A fim de reconstruir o universo relacional que envolvia homens e livros na Vila Rica setecentista, a autora comentou sobre a falibilidade dos inventários *post mortem*, justamente em razão do escrivão registrar somente os títulos, deixando de lado os nomes dos autores, ou inversamente, mencionando apenas seus sobrenomes, sem as referidas obras. A esses empecilhos acrescentou o fato dos livros constantemente figurarem de forma abreviada e da caligrafia dos escrivães carecerem de clareza.⁴² Na tentativa de ultrapassar os mesmos obstáculos para identificar os livros que compunham a biblioteca de José Barbosa de Sá, Campos adotou o método indiciário empregado pelo IBSO – *Inventarios y Bibliotecas del Siglo de Oro* –, procurando informações adicionais para determinar as obras referidas no inventário do licenciado.⁴³

Partilhando das colocações dos pesquisadores e baseados em experiência pregressa,⁴⁴ a identificação dos livros utilizados pelos requerentes foi, então, obtida por meio da busca dos títulos fragmentários na bibliografia dos autores registrados no documento e da localização dos trechos neles aludidos nas supostas obras impressas.

Duque de Iovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza; aprovado, ratificado, e Confirmado por ambos os Principes. Lisboa: na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681. Disponível em: <https://bit.ly/3dG5xsv>. Acesso em: 22 abr. 2021.

³⁷ SANTA MARIA, Padre Francisco de. *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1714.

³⁸ VASCONCELLOS, P. Simam. *Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668. Disponível em: <https://bit.ly/3tL0mNN>. Acesso em: 22 abr. 2021.

³⁹ Idem. *Vida do veneravel padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmaturgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1672. Disponível em: <https://bit.ly/3dK67W8>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁴⁰ VIEYRA, Antonio. *Historia do Futuro*. Livro antepimeyro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718. Disponível em: <https://bit.ly/3enZmsl>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁴¹ Idem. *Sermoens, e varios discursos*. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, 1710. Tomo XIV. Disponível em: <https://bit.ly/32F2RVU>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁴² ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica: 1750-1800*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 17.

⁴³ CAMPOS, Rafael Dias da Silva. *Vida e biblioteca...*, *Op. cit.*, p. 103.

⁴⁴ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 229-253.

Para compreender como Vilares deu sentido ao que leu, valemo-nos também dos trabalhos de historiadores brasileiros que têm enfrentado o desafio de investigar as leituras empreendidas por atores sociais no reino e na América portuguesa, materializando-as em espécies documentais e suportes variados.

Em *Livros de devoção, atos de censura*, Leila Mezan Algranti analisou os diferentes modos de ler um livro de teologia moral, praticados pelo bispo de Pernambuco, o pároco e fiéis de sua diocese em fins do século XVIII. A partir da *resposta de Azeredo Coutinho ao pároco de Pernambuco*, que acabou sendo publicada em 1807, a historiadora não só constatou as múltiplas leituras condicionadas pelo nível de educação dos envolvidos, como também as preocupações da Igreja quanto à divulgação das obras religiosas e ao controle das interpretações por seus representantes legais.⁴⁵ Destarte, Algranti corroborou as considerações de Roger Chartier sobre o ato de ler como prática cultural criadora e inventiva e reforçou seu aspecto historicamente variável.

Nesse sentido, o caso das leituras de *História de Portugal Restaurado*, de Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira, empreendidas por Manuel Nunes Viana, no contexto da Guerra dos Emboabas, e pelo cônego Luís Vieira da Silva, na conjuntura da Inconfidência Mineira, evidencia como os leitores ressignificaram o conteúdo de uma mesma obra para intervir em realidades históricas distintas.

Em *Paulistas e Emboabas no coração das Minas*, Adriana Romeiro mostrou como o discurso político emboaba procurou reeditar, em 1709, o processo de restauração do reino em 1640. Para tanto, os forasteiros legitimaram o levante dos "homens do reino" contra os paulistas e a aclamação de Nunes Viana como governador das Minas, com base na reação dos portugueses à tirania do monarca espanhol, Felipe IV, e na aclamação de D. João IV como rei de Portugal.⁴⁶

Já Luiz Carlos Villalta, em *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes*, demonstrou como a *História de Portugal Restaurado*, ao lado de obras de Virgílio, do Padre Antônio Vieira, de Gazetas e de outras de caráter iluminista eram lidas pelos inconfidentes conformando a conspiração contra a dominação metropolitana, "na esteira da Restauração Portuguesa de 1640, sob o impacto das obras das Luzes e atizada pela Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte".⁴⁷

A apropriação de ideias, saberes e práticas discursivas presentes em livros que circulavam por Minas Gerais foi também tema da tese de Álvaro de Araújo Antunes, *Fiat Justitia*. Enfocando o período de 1750 a 1808, o historiador deu a conhecer os títulos que integravam as bibliotecas de um grupo de advogados e buscou captar como as leituras de determinadas obras

⁴⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 210-222.

⁴⁶ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. São Paulo: Humanitas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 269.

⁴⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 499.

se metamorfoseavam em escrita, por meio de poemas, dissertações e, sobretudo, de seus arrazoados jurídicos.⁴⁸

Rodrigo Bentes Monteiro, por sua vez, partiu do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído a D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, e aos jesuítas José Mascarenhas e Antonio Correa, para perscrutar as visões de mundo e de poder nele impregnadas. Por meio da identificação de centenas de referências de autores, personagens e fatos históricos ao longo do documento, o historiador evidenciou como os autores, ao fazerem uso político das catilinárias de Cícero, proferidas no século I a. C., para fundamentar a aplicação do castigo a Felipe dos Santos sem julgamento formal, no início do século XVIII, acabaram por aproximar tempos e contextos distintos.⁴⁹

Amparados pela metodologia de trabalho empregada em tais estudos e tendo identificado as obras utilizadas no requerimento de 1735, investigamos seus contextos de produção e a repercussão que tiveram na época moderna. Em seguida, procuramos atentar para as formas de recepção dos conteúdos por Vilares e pelos signatários do documento e as ressignificações operadas a cada apropriação.

O *Tratado provisional* foi assinado entre os reis de Portugal e Espanha em 7 de maio de 1681 a fim de apaziguar a contenda que se desenvolvia na região do rio da Prata em razão da construção da fortaleza do Santíssimo Sacramento pelos portugueses, iniciada no ano anterior, numa baía próxima à ilha de São Gabriel, praticamente em frente a Buenos Aires.⁵⁰ Para justificar suas iniciativas e amealhar apoio entre os soberanos europeus para as pretensões portuguesas na região do rio da Prata, D. Pedro mandou publicar um documento intitulado *Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, no sítio chamado São Gabriel, nas margens do Rio da Prata, Notícia e justificação* foi amplamente distribuída nos idiomas português, espanhol e francês, circulando pelo Império.⁵¹

O *Anno histórico* é formado pela reunião de efemérides e personalidades da história de Portugal e dedicado à sua comemoração e divulgação. Escrito pelo padre Francisco de Santa Maria (1653-1713), foi inicialmente difundido através de gazetilhas, posteriormente compiladas

⁴⁸ ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁴⁹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Catilinária mineira: o Discurso da revolta de 1720 em Vila Rica. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Faperj; Companhia de Índias, 2015, p. 179-221.

⁵⁰ PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 91.

⁵¹ POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento e a busca da definição de uma fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola (1680-1750). *Anais do VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio Sobre as Cidades do Prata*. VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio Sobre as Cidades do Prata, Pelotas, p. 9-30, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3eW8TY7>. Acesso em 24 abr. 2021.

em três volumes, sendo o primeiro editado postumamente em 1714, na Officina de Joseph Lopes Ferreyra. Em 1744 a obra recebeu nova edição, dessa vez abrangendo seus três tomos, publicada na Officina de Domingos Gonsalves. O processo de revisão desse repositório contou com a colaboração do padre Lourenço Justiniano da Anunciação (1678-1755), cujos volumes “foram eloquentemente melhorados e dilatados pela sua pena”.⁵²

O jesuíta Simão de Vasconcelos (1597-1671) foi autor de cinco obras publicadas entre as décadas de 1650 e 1670, das quais duas foram utilizadas por Vilares no requerimento em tela: *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (1668) e *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1672).⁵³ As obras foram escritas num contexto de acirramento das tensões, por um lado, entre a Companhia de Jesus e a Coroa, em razão da política de aldeamentos questionada por colonos em várias partes da América portuguesa, e, por outro, entre os jesuítas e a sede em Roma, devido ao envolvimento dos padres em questões temporais visando o autofinanciamento da ordem no Brasil.⁵⁴

Em 1668, a introdução *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil* foi publicada de forma autônoma sob o título de *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, na Oficina de Joam da Costa. Nela, Simão de Vasconcelos narrou a história do Brasil desde a chegada dos portugueses até a atuação do primeiro jesuíta da América, Manoel da Nóbrega. As virtualidades da terra e o teor ufanista predominam no texto.⁵⁵ Também publicada na mesma oficina, *A Vida do Venerável Padre José de Anchieta* insere-se no âmbito das biografias elaboradas sobre o padre pelos membros da Companhia de Jesus no sentido de divulgar as ações evangelizadoras de Anchieta para atrair jesuítas para a província brasileira.⁵⁶

No século XVII, as biografias de vidas devotas de candidatos a santos eram um segmento em ascensão no mercado editorial e estimulado pelas ordens religiosas, entre as quais a Companhia de Jesus, que, ao publicarem e fazerem circular obras de seus membros, legitimavam e difundiam suas ações missionárias entre os religiosos e leigos no mundo europeu e americano.⁵⁷

⁵² DIAS, Eurico Gomes. Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o Anno Historico, Diario Portuguez... [1714-1744]. *Mátria Digital*, n. 3, novembro 2015 - outubro 2016, p. 263. Disponível em: <https://bit.ly/3dG6fGb>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁵³ Ambas estiveram entre as obras mais lidas na América portuguesa durante o século XVIII. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 374-375.

⁵⁴ FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. A santidade no discurso: a construção de uma identidade missionária jesuíta no século XVII. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, v. 2, n. 1, p. 24-40, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3aLggA1>. Acesso em: 28 abr. 2021.

⁵⁵ CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Perdido*. São Paulo: Multifoco, 2014, p. 102-127.

⁵⁶ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De Apóstolo do Brasil a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta. *Revista Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 339-364, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QH6iJb>. Acesso em: 28 abr. 2021.

⁵⁷ FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. Como fazer um santo: as biografias devotas como estratégia de canonização no século XVII. *Ideias*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 169-193, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3eEUBLe>. Acesso em: 17 abr. 2021.

Os dois títulos do padre Antônio Vieira (1608-1697) aos quais Vilares se refere foram publicados postumamente.⁵⁸ Em vida, Vieira organizou 12 dos 15 volumes que compõem seus *Sermões*. O tomo 14, aludido no requerimento, está entre aqueles organizados entre 1710 e 1748, formados por sermões, missivas, discursos e poemas.⁵⁹ Publicado em 1710 por Valentim da Costa Deslandes, nele consta uma carta datada de 1660, destinada a El-Rey, em que o jesuíta discorreu sobre as missões do Ceará, Maranhão, Pará e rio Amazonas, cujo trecho foi citado por Vilares.

Nos anos 1660, processado pelo Santo Ofício em decorrência da carta *Esperanças de Portugal*, na qual comentava a profecia do retorno de D. João IV dos mortos para a constituição do Quinto Império, Vieira reagiu por meio da escrita de *História do futuro*, apresentado como sua defesa perante o Tribunal.⁶⁰ Contudo, a publicação do *Livro antepimeiro da História do futuro* ocorreu apenas no século seguinte, em 1718. Para além da edição autorizada, impressa na oficina de Antônio Pedrozo Galram, sabe-se da existência de duas versões clandestinas, as quais ostentam a mesma data, editor e lugar de publicação.

A menção aos títulos das obras é central na arguição apresentada no requerimento, tanto que várias ocorrências contam com a citação precisa à página consultada. Ademais, por meio de uma orientação expressa no final do requerimento, Vilares apontou não só para a necessidade de se copiar o documento em si no livro de registros do Senado da Câmara de Cuiabá, mas também para que, nesse traslado, o escrivão incluísse as notações constantes em sua margem retiradas do Tratado provisional.

Segundo Peter Burke, a prática erudita de fornecer indicação de títulos das fontes nas margens laterais de um texto era comum no século XVII. As notas eram empregadas a fim de servirem como prova ou informação complementar ao que se afirmava no discurso.⁶¹ A aplicação da marginália por Vilares sugere que ele conhecia essa maneira de escrever e que dela lançava mão pressupondo os destinatários leitores, igualmente familiarizados com tais recursos. Além disso, os autores que lhe serviam de fundamento da argumentação faziam uso das notas marginais.

⁵⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11 e 39.

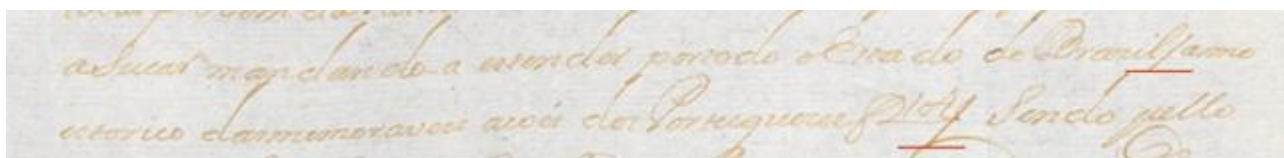
⁵⁹ LIMA, Luís Filipe Silvério. *Sermões do padre Antônio Vieira*. *Brasiliiana Digital*, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3gwHCO9>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁶⁰ RIBEIRO, Marília de Azambuja. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre Antônio Vieira (séculos XVII-XVIII). In: FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Paulo Silva (orgs.). *Revisitar Vieira no século XXI: cultura política e atualidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 389-413. V. 1. Disponível em: <https://bit.ly/32HhZ4Z>. Acesso em: 22 abr. 2021; SILVA, Jaqueson Luiz. "Leys da história", "estilo claro", "ordem e sucessão das cousas" na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 82-105, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2QDrwrt>. Acesso em: 28 abr. 2021; BRITO, Clebson Luiz de; PROENÇA, Lara Muniz. A História do Futuro, de Padre Vieira, e a retórica do discurso messiânico. *Rétor*, v. 7, n. 1, 2017, p. 75. Disponível em: <https://bit.ly/3sLXAX4>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁶¹ BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, 2002, p. 180. Disponível em: <https://bit.ly/3nt7hZo>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Ao que tudo indica o amanuense encarregado da tarefa seguiu as orientações, posto que no testemunho da Biblioteca Pública Municipal do Porto, provavelmente copiado do dito livro do Senado da Câmara de Cuiabá, as referências às obras utilizadas integram o corpo do texto, na maior parte das vezes inscritas entre barras oblíquas (ver figura 3).

Figura 3 – Exemplo de citação de obra no corpo do texto



Fonte: reprodução do fólio 84r. do ms. 296 da BPMP (intervenção dos autores)

Na sequência do requerimento, Luis Rodrigues Vilares iniciou a relação inclusa, situando suas ações e pretensões no território da América portuguesa, demarcado havia muitos anos pelo Tratado de Tordesilhas e atualizado pelo *Tratado provisional* em 1681, do qual ele lançou mão por 10 vezes ao longo de sua argumentação. Entretanto, somente a primeira menção está diretamente a ele relacionada. Nas demais citações, Vilares não operou com a divisão existente entre *Notícia e justificação* e *Tratado provisional*, tomando a parte – o *Tratado* – pelo todo.

Vilares se apropriou de um vocabulário preciso empregado na descrição de tratados anteriores e, sobretudo, nas questões concernentes à colônia do Sacramento como zona de fronteira, presente na *Notícia e justificação*, e o transferiu para o contexto das minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII, carentes de gado cavalari e mular.

Nesse sentido, para justificar o combate aos Payaguá que ultrapassavam os limites coloniais e o comércio com os Guaykuru como forma de catequizar os nativos, o requerente conectou tais iniciativas com trechos da *Notícia e justificação*. Os fragmentos estavam relacionados à: divisão do mundo pelo Papa Alexandre VI entre as Coroas ibéricas; associação entre a conquista da terra e a introdução da fé católica entre os indígenas; ampliação da capitania de São Paulo até o limite com a América Espanhola no rio da Prata; colocação do marco demarcatório na baía de São Matias; defesa das terras portuguesas frente às investidas dos jesuítas castelhanos naquela região e ação missionária nos primeiros tempos da colonização (figura 4).

Figura 4 – Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em *Notícia e justificação*

Requerimento	Notícia e justificação
Para aconção do <i>que</i> Se deve tambem advertir <i>que</i> o <i>direito</i> das conquis= tas investiduras delas procedem dos Sumos Pontifezes <i>que</i> as dao' ao Principe Catholico com o titulo deintroduzir aLuz do Evangelho nas terras do paganismo / tratado provizional <i>página</i> 11 / econquis= tar para <i>obediência</i> d aIgreja os Inimigos da fe; [f. 87r.]	O direito das Conquistas, & a investidura dellas procede dos Pontifices, que o daõ aos Principes Catholicos, com o titulo de introduzir a luz do Evangelho nas trevas do paganismo; & conquistar pera a obediencia da Igreja os inimigos da Fé. [p. 22]
pellos annos de 1636 por força dearmas expulçaraõ aosCastelhanos das povoacoens deSão Cosme, São Damiaõ eSanta Anna, eoutras <i>que</i> tinhaõ e hião amplificando nas terras do Rio daPrata / Tratado prouezional a <i>página</i> 14 [*] [p. 84v.]	Demais desta continuação de actos pacificos, & successivos, se achaõ alguns exemplos violentos, com que as Armas Portuguezas se desforçaraõ das intrusões, & attentados Castelhanos: como foraõ, quando os Moradores de Saõ Paulo nos annos de 36, 38, & 40. expulsaraõ os Padres da Companhia das Casas de S. Cosme, S. Damiaõ, S. Anna, & outras que tinhaõ fundado nas terras de S. Gabriel, por cima do Rio da Prata para a parte Oriental, & com effeito os desalojaraõ, & fizeraõ retirar para a Provincia do Paraguai. [p. 29]

Fonte: elaboração dos autores.

As alegações dos requerentes estavam formuladas em 3 núcleos discursivos articulando passado, presente e futuro, amparadas na noção da História como mestra da vida, expressão cunhada por Cícero, que compreendia a história como fonte de exemplos a serem seguidos ou evitados. Predominante nos estudos históricos até a época moderna, a fórmula *historia magistra vitae* enfrentou um processo de dissolução na segunda metade do século XVIII. Segundo Reinhart Koselleck, a experiência vivenciada pelos homens durante a Revolução Francesa instituiu uma sociedade forjada em novas bases, desprovida de exemplos anteriores, para a qual a imitação de casos históricos passados não era de grande valia.⁶²

Vilares, entretanto, não se movimentava no tempo acelerado da era das revoluções, nem os autores que lhe eram referências, homens seiscentistas que lançavam mão do *topos historia magistra vitae* em suas obras.⁶³

⁶² KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 58-59.

⁶³ Sobre o emprego da fórmula *historia magistra vitae* pelos padres Antonio Vieira e Simão de Vasconcelos ver, respectivamente, HANSEN, João Adolfo. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, 2008, p. 290-291. Disponível em: <https://bit.ly/3j0M9cf>. Acesso em: 14 out. 2021; FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *Divulgar a biografia de um santo: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII)*. 2016. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 261-263. Disponível em: <https://bit.ly/3aOd46Z>. Acesso em: 28 abr. 2021.

No documento peticionário, era no passado que se desenrolavam as ações dos descobridores da capitania de São Paulo realizadas a serviço do rei e de Deus, que deveriam ser rememoradas para que “Sirvaõ a todos de exemplos em os imitarmos para o futuro”.⁶⁴ Os atos diziam respeito à ocupação do território, à defesa dos inimigos externos e internos, à manutenção e obediência aos limites, ao desenvolvimento econômico da colônia e à cristianização dos povos.

Ao imitarem as memoráveis ações dos portugueses de São Paulo, como são denominados os antigos habitantes da capitania no documento, os requerentes pretendiam a eles se igualar nos préstimos à Coroa e a Deus no tocante à colonização da América e à conversão dos nativos. Nesse sentido, a transmudação dos cavaleiros para transporte e sustento das populações é defendida como uma ação memorável e que só poderia ser praticada por meio do comércio com os Guaykuru.

A expressão “memoráveis ações” é usada por Vilares como complemento do título da obra *Anno histórico*, empregada nessa parte do arrazoado. Todavia, o subtítulo original do livro é “notícia abreviada das pessoas grandes e cousas notáveis de Portugal”. Os irmãos Martim Afonso de Souza e Pedro Lopes de Souza figuravam no *Anno histórico* entre os grandes de Portugal, fundadores e povoadores da capitania de São Vicente.

Baseado em tal obra, Vilares relacionou a grandeza da ascendência dos Souza com o florescimento da capitania que, sob a administração de Martim Afonso, assistira ao desenvolvimento da produção do açúcar, modelo reproduzido no restante do Estado do Brasil, e de outros gêneros como trigo e vinhas. E, diante de tamanho progresso agrícola, destacou a transformação da capitania em celeiro e dispensa universal. Estes últimos termos foram copiados do texto do *Anno histórico*, ao qual Vilares recorreu em duas ocasiões no requerimento com as páginas correspondentes precisamente mencionadas (figura 5).

Figura 5 – Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e no *Anno histórico*

Requerimento	Anno histórico
eComesta felicidade se dis com propriedade des= taCapitania deSão Paulo que actividade deSeus moradores deo aeste novo Mundo, cominveja dovelho deLicias daEuropa, preçiso- sidades daAzia emterras comentranhas deOuro, e torroes dea Sucar / anno estorico dasmemoraveis açoens dos Portuguezes apágina 509 [f. 85v.]	Mas as carregações mayores, & de mayor preço, são as dos assucares, & tabacos, drógas tão estimadas, de que tanto abunda o Mundo novo com inveja do antigo; (...) Podemos dizer daquella terra com muyta propriedade, que tem as entranhas de ouro, & os terrões [sic] de assucar. [p. 509]

Fonte: elaboração dos autores.

⁶⁴ COPEA da petição... *Op. cit.*, f. 83v.

Martim Afonso de Souza é o grande herói de Vilares. Suas ações memoráveis não se restringiam à criação da capitania e ao desenvolvimento agrícola, nem foram só coletadas no texto do *Anno histórico*. Elas também estiveram presentes na *Notícia e justificação* relacionadas à conservação, defesa e ampliação da capitania de São Vicente até a baía de São Matias. E uma vez mais nas obras do padre Simão de Vasconcelos que ressaltou seu importante papel no reconhecimento da costa e do interior da capitania até os limites da América hispânica na região do Prata.

Das *Notícias curiosas*, Vilares salientou a introdução da criação de gado “*Vacum, Ovelhas, Cavalari e mular*” na capitania de São Vicente sob os auspícios de Martim Afonso e seu franco crescimento, sem que essa iniciativa figurasse explicitamente na obra. No decorrer da argumentação, novamente a pecuária ganharia destaque a partir da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Deste livro, Vilares extraiu a informação de que os paulistas haviam recebido rendosas fazendas de gado no rio São Francisco como recompensa pelos serviços prestados nas lutas contra o inimigo externo – a expulsão dos franceses na Baía da Guanabara – e interno – combate aos assaltos dos gentios na Bahia ao longo do século XVI.

Ao selecionar essas duas passagens, ocorridas em contextos diferentes nas obras de Vasconcelos, Vilares parece ter tido a intenção de relacionar a importância da criação de gado em épocas passadas com o objeto de sua solicitação. No primeiro caso, é na suposta ação memorável do donatário que ele buscava se espelhar para transmudar gado para as minas de Cuiabá. Já, no segundo, tal qual foram os portugueses de São Paulo beneficiados com fazendas como retribuição da Coroa por seus préstimos, ele e seus companheiros queriam ter sua demanda atendida por terem participado das expedições punitivas contra os Payaguá.

Por fim, Vilares se valeu de *Notícias curiosas* do padre Simão de Vasconcelos para conformar o espaço em que ele e seus companheiros atuavam e almejavam prosperar, e que era palco das lutas contra os gentios, da extração de ouro e do comércio de gado pretendido. Tal espaço se estendia da já referida baía de São Matias até a região norte da América portuguesa, comportando o mítico lago dourado, de onde nasciam os rios da Prata e do Amazonas.

Assim como o *Anno histórico*, é muito provável que Vilares tivesse com o livro *Notícias curiosas* em mãos quando redigiu o requerimento ou o tivesse lido anteriormente, pois citou com exatidão as páginas de onde retirara os trechos por ele utilizados, adaptando-os de acordo com sua compreensão e vivência. O “grande lago” citado por Vasconcelos ganhou a versão de “lago dourado” no documento de Vilares, em alusão à lagoa dos Xarayes (figura 6).

Figura 6 – Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e em *Notícias curiosas*

Requerimento	Notícias curiosas
Dispondo as povoacoens dos Portuguezes dando-lhes principios de gados Vacuns, Ovelhas, Cavalari emuar, que depoucos annos emdiente [sic] tiveraõ tal produçãõ athe hoje que quasi excede todo o algarismo Correndo aCosta estes Fidalgos com número de Naos aSua custa desdeSão Vicente athe o- Rio daPrata nas quais Seconduziraõ todas estas criaçoens, eosma= is frutos daEuropa que abundaõ esta Capitania / Pedro [sic] Simaõ de Vasconcelos, noticias do Brazil página 27 [f. 84r.]	& Martim Affonso de Sousa, de quem a seu tempo se fará mençaõ; porque correo este fidalgo com numero de naos á sua custa, em especial a costa que corre desde a Capitania de S. Vicente até o famoso Rio da Prata descobrindo portos, rios, enseadas, saindo em terra, pondo nomes, metendo marcos, & inuestigando particularmente a bondade, & qualidade das gentes, & das terras. [p. 27-28]
eoutros para oSul athe aBahia deSão Mathias Vassallos todos de Portugal os que tem Seus domicilios para aparte deLeste dedonde mostrar o rumo que principia da dita Bahia deSão Mathias fazendo afrente ao oriente do famoso Lago dourado, donde naçem os mayores rios que SeLebra omundo; odas Amazonas que corre para oNorte, eodaprata para oSul; exãmi nando osSeus Certoens pelos mesmos moradores desta Capitania oPadreSi= maõ' deVasconcelos noLivro noticias doBrazil apágina 40 [f. 88r.]	Mas como estas cousas modernas não são as de nosso intento, resta mostrar agora as noticias do outro grande rio, quasi irmão em agoas, & potencia, chamado da Prata, por outro nome Paraguay. Dã este a mão ao Grão Parã, naquelle grande lago, de que nascem, como já dissemos: ou seja isto em final da conformidade com que reynaõ, ou seja como dando palauras hũ ao outro da resolução, com que defendem as terras do Brasil. [p. 40]

Fonte: elaboração dos autores.

Na segunda parte da representação, para além dos grandes feitos de homens do passado que justificavam o comércio de cavalos com os índios Guaykuru, os argumentos de Vilares recaíram sobre as ações dos habitantes das minas do Cuiabá no presente, ou seja, no contexto de produção do documento, relacionadas às tópicas de defesa do território, colonização e cristianização dos povos originários.

Para fazer frente às dificuldades de sujeição dos indígenas, Vilares mobilizou as metáforas do padre Antônio Vieira, presentes na *História do futuro*, sobre os obstáculos para a expansão da fé católica. Embora os nativos parecessem resistentes à ocupação de suas terras e à catequização como muralhas, o comércio poderia funcionar como portas para a conversão dos gentios.

Vilares ainda recorreu à autoridade de Vieira para atestar essa possibilidade por mais custosa que parecesse. Ele se valeu do episódio da conversão dos Nheengaíbas para assinalar os ganhos alcançáveis por meio da catequese, conforme narrado pelo jesuíta numa carta endereçada ao rei sobre a missão no Maranhão, publicada no tomo 14 dos *Sermões*. Embora

empregasse termos característicos constantes nas duas obras do padre Vieira, Vilares não as referenciou com exatidão (figura 7).

Se naquele contexto, o sucesso da evangelização ultrapassara a esfera espiritual, concorrendo para a defesa do território e segurança dos domínios portugueses na ilha de Marajó, no caso das minas do Cuiabá, a conversão dos Guaykuru pelo comércio poderia redundar na aliança com os nativos contra os espanhóis e Payaguá. Com essa perspectiva futura, os signatários encerravam, assim, a terceira e última parte da argumentação reiterando os benefícios que sua iniciativa traria, a um só tempo, para a Coroa e para Deus, “felicidades espirituales e temporais”.

Figura 7 – Quadro comparativo dos trechos empregados no requerimento e nas obras do padre Antônio Vieira

Requerimento	Livro antepimeiro da História do futuro
E posto <i>que</i> as conquistas dafe tem muros <i>que</i> deficultaõ Sua entrada / como exprime oPadre Antonio Vieira no antepimeiro / tambem tem portas poronde poderá en= trar apaLavra de Deus, não falta u tempo do Cumprimento de- La, ede <i>quando</i> elle <i>quer</i> e he Servido; [f. 88v.]	Dispoz Deos desde a creação do Mundo que estas terras assim por fóra como por dentro fossem enriquecidas de cousas preciosissimas, para que o interesse dos homens facilitasse as dificuldades, que sem elle criaõ impossiveis de vencer: como se dissera o Senhor: Ainda que a conquista da fê tem muros, que difficultem sua entrada nessas terras, tambem tem portas por onde poderá entrar; [p. 280-281].
Requerimento	Sermões, tomo XIV
e defenca dos= ditos pello <i>que</i> entaõ lhesuceede bem Selhepode reconpençar pella Sua parte o dito dos Nheengaibas por boca do Padre Seu mayoral / oPadre Antonio Vieira noLivro 14 página 280 / naSedução dos ditos aoGremio da Igreja. e Sugeição daCoroa, eComelles aSegurança ede feza deSeus dominios, [f. 88v.]	porque os que considerão a felicidade desta empreza, não só com os olhos no Ceo, senão tambem na terra, tem por certo que neste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque com os Nheengaibas por inimigos seria o Pará de qualquer nação estrangeyra que se confederasse com elles; & com os Nheengaibas por vassallos, & por amigos, fica o Pará seguro, & impenetravel a todo o poder estranho. [p. 282-283]

Fonte: elaboração dos autores.

Considerações finais

A análise sobre as obras utilizadas por Luis Rodrigues Vilares no requerimento em tela e as apropriações delas decorrentes ratifica os resultados alcançados pelas pesquisas sobre a circulação e leitura de livros na América portuguesa ao longo do século XVIII. Mesmo não havendo imprensa na colônia, os impressos atravessavam o Atlântico; do conjunto, predominavam as obras de caráter religioso; muitas vezes os comerciantes eram os

intermediários na cadeia de circulação destes artefatos em meio a tantas outras fazendas importadas e mediadores na conformação do gosto; ainda que restritas, os livros compunham livrarias particulares no mundo colonial e as práticas de leitura eram inventivas – como o são – pois as apropriações dos conteúdos são sempre extemporâneas à produção dos próprios textos.

Por outro lado, a discussão aqui realizada descortina o trânsito de impressos na capitania de São Paulo setecentista, carente de estudos sobre a temática dos livros e da leitura, não só para a própria capital quanto mais para as vilas próximas e distantes como Cuiabá. As poucas pesquisas realizadas sobre a temática, entretanto, já revelaram a existência de acervos privados nesse espaço colonial.

Para a cidade de São Paulo, foi identificada mais de uma centena de títulos em posse de 15 agentes mercantis, a partir do arrolamento de bens de inventários *post mortem* abertos entre 1730 e 1780, perfazendo um total aproximado de 400 volumes. É pouco satisfatório acreditar que somente esses comerciantes fossem proprietários de livros.⁶⁵

Tanto isso é verdade que os estudos de Marisa Midori já apontaram que D. Frei Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo (1771-1789), possuía uma livraria com cerca de 1548 volumes, os quais foram legados à cúria quando de sua morte. A biblioteca de D. Mateus de Abreu Pereira, também bispo de São Paulo (1797-1824) contava com 1059 volumes, a maior parte de obras não religiosas. Trata-se, em ambos os casos, de acervos avultados para os padrões do lugar e da época.⁶⁶

No que concerne às bibliotecas conventuais, sabe-se que a dos franciscanos de São Paulo era detentora de 3.690 volumes. Parte do montante provinha do espólio de D. Luís Rodrigues Vilares, bispo de Funchal e neto de nossa personagem. Esta coleção, somada à do bispo Abreu Pereira, conformara o acervo da Biblioteca Pública de São Paulo, fundada em 1825.⁶⁷

Para Cuiabá, Rafael Dias da Silva Campos deu a conhecer a biblioteca considerável do licenciado José Barbosa de Sá, composta por obras religiosas, jurídicas, poéticas, de filosofia e moral, história, história natural e física, registrada em seu inventário na década de 1770.⁶⁸ Se tomarmos apenas esses casos como exemplos, vemos que o que faltam são estudos para a região e não livros.

Na listagem dos bens de Barbosa de Sá foram registrados “Um livro intitulado História do Futuro” e “Um livro de Sermões do Padre Vieira”. Embora não possamos assegurar qual dos volumes dos *Sermões* estaria no acervo do licenciado, é possível conjecturar sobre o fato de que a obra *História do futuro* em posse de Barbosa de Sá estivera em mãos de Vilares que dela se valeu para a formulação do requerimento. Ademais, também figurava entre os livros de sua biblioteca o *Tesouro carmelitano*, do Frei José de Jesus Maria, autor mencionado por Vilares em

⁶⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas..., *Op. cit.*, p. 229-253.

⁶⁶ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 76-78.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 87.

⁶⁸ CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca... *Op. cit.*

outra demanda às autoridades régias na década de 1740, desta feita com vistas a obter autorização para a abertura de um caminho de terra entre os rios Jauru e Guaporé.⁶⁹

Tais casos podem sugerir práticas de empréstimo de obras entre os habitantes das minas de Cuiabá, ainda mais quando se sabe que Barbosa de Sá e Luis Rodrigues Vilares faziam parte das reduzidas elites políticas e econômicas das minas. Caso contrário, teríamos que admitir a existência – ainda que possível – de mais de um exemplar de cada um desses livros num local de difícil acesso no extremo oeste do Império lusitano na América.

Vilares não fora o único a ler as obras dos padres Francisco de Santa Maria e Simão de Vasconcelos, que seguramente circulavam na capitania de São Paulo, haja vista que, em um apêndice das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), constatamos a presença do *Anno histórico*, das *Noticias antecedentes das cousas do Brasil* e da *Vida do Venerável Padre Anchieta* entre os livros e documentos que foram consultados pelo autor para a confecção das *Memórias*.⁷⁰

Se pelo arrolamento das obras da biblioteca de Barbosa de Sá constatamos a posse de livros em Cuiabá, no caso do requerimento foram os modos de lê-los e a precisão nas citações que comprovaram a existência de impressos no interior da América.

Os usos dos livros por Vilares corrobora a afirmação de Antonio Castillo Gómez para quem “*cada acto de consumo o apropiación cultural es también un acto de producción, de creación, es decir, la ocasión para fabricar un texto nuevo aunque éste no se materialice en una práctica de cultura escrita y se queda más bien en la imaginación de cada lector*”.⁷¹ No caso em questão, o comerciante não só resignificou o que leu como materializou a leitura numa espécie documental nova cuja natureza peticionária era distinta do caráter religioso, narrativo, factual e diplomático das obras por ele mobilizadas.

Ao exporem a necessidade do comércio dos cavalos com os Guaykuru, Vilares e seus companheiros acabaram por jogar luzes sobre sujeitos, saberes e interesses múltiplos que circulavam nas minas de Cuiabá, nos espaços coloniais ibéricos fronteiriços e no Império português que impactavam suas vivências. Sob esse aspecto, o requerimento pode ser tomado como o ponto nodal onde os circuitos de informações e pessoas se cruzaram no sentido proposto por Kapil Raj, ao tomar a própria circulação como um “local” de formação do conhecimento.⁷²

⁶⁹ PROJECTO da abertura... *Op. cit.*

⁷⁰ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil*. 3ª ed. Estudo e notas por Afonso d’Escragnolle Taunay. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1920, p. 357.

⁷¹ CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Historia de la... Op. cit.*, p. 121.

⁷² RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, 2015, p. 172. Disponível em: <https://bit.ly/39ZIXsP>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Como todo suporte físico, o requerimento afeta os possíveis significados das informações veiculadas e abre portas para novas direções nas trajetórias dos conhecimentos corporificados.⁷³ Como tipo documental específico, encaminha as demandas que lhe são a razão de sua existência.

Não por coincidência, a escrita peticionária era a modalidade de comunicação privilegiada por Vilares para se expressar e fazer valer suas vontades na América portuguesa. Durante a atuação no oeste da capitania de São Paulo, Vilares solicitou e obteve sesmarias em Camapuã;⁷⁴ foi autor de requerimentos visando a instalação da Santa Casa de Misericórdia em Cuiabá, a construção de fortificações na fronteira luso-espanhola na América e a proibição da cobrança de impostos sobre as mercadorias antes do embarque pela rota das monções.⁷⁵ Além disso, em mais de uma ocasião, lançou mão dos livros para embasar e legitimar suas demandas, articulando negócios e cultura escrita para agir num Império assentado em papéis.

⁷³ ROBERTS, Lissa. The Circulation of... *Op. cit.*, p. 51.

⁷⁴ LIVRO de sesmarias, patentes e provisões. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), livro 2, f. 137-138, f. 142.

⁷⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, Belo Horizonte, 2019, p. 36-42.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-147, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ACgeVd>. Acesso em: 13 out. 2021.

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX*. Jundiaí: Pocco, 2018, p. 17-40.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica: 1750-1800*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Gilberto Luz. Aulas régias na capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. *Instantes e memória na história da educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 13-36.

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3dJTKtk>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://bit.ly/3vq8cN3>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3dKsF9z>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A petição de 1740 e a atuação dos comerciantes no extremo oeste da América Portuguesa. In: *Anais do Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno*. Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, Belo Horizonte, 2019, p. 36-42.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 229-253.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; CASSEMIRO, Igor Alexandre Silva. Papéis em circulação na capitania de São Paulo (século XVIII): apontamentos preliminares. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 14, n. 17, p. 117-149, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3lFandK>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRIGOLA, João. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial – os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 331-339. Disponível em: <https://bit.ly/3e3NZpt>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRITO, Clebson Luiz de; PROENÇA, Lara Muniz. A História do Futuro, de Padre Vieira, e a retórica do discurso messiânico. *Rétor*, v. 7, n. 1, 2017, p. 75. Disponível em: <https://bit.ly/3sLXAX4>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3nt7hZo>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Perdido*. São Paulo: Multifoco, 2014.

CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados-MS, v. 17, n. 29, p. 97-119, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3xuMclX>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII)*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, p. 93-124, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3vl5wjL>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-105.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudo e edição da "Relação da marcha que fiz para o Cuyaté (...)" escrita pelo governador da capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, p. 1-29, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2F0ltHP>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CONTRERAS, Luís Núñez. *Manual de paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Cátedra, 1994.

COSTA, Júlio Manuel Rodrigues. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no "Inventário" da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n. 1, p. 131-158, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3b3tyZ9>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DARNTON, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.

DIAS, Eurico Gomes. Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o Anno Historico, Diario Portuguez... [1714-1744]. *Mátria Digital*, n. 3, p. 259-269, nov. 2015 – out. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dG6fGb>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De Apóstolo do Brasil a santo: a consagração póstuma e a construção de uma memória sobre o padre jesuíta José de Anchieta. *Revista Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 339-364, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QH6iJb>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 352-390, 1866.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. A santidade no discurso: a construção de uma identidade missionária jesuíta no século XVII. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, v. 2, n. 1, p. 24-40, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3aLggA1>. Acesso em 28 abr. 2021.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. Como fazer um santo: as biografias devotas como estratégia de canonização no século XVII. *Ideias*, Campinas-SP, v. 6, n. 2, p. 169–193, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3eEUBLe>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FREITAS, Camila Corrêa e Silva de. *Divulgar a biografia de um santo: os usos e as apropriações da figura de José de Anchieta no Brasil e na Europa (século XVII)*. 2016. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3aOd46Z>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GONÇALVES, Marina Furtado. *Fazer e usar papel: caracterização da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro (1750-1800)*. 2021. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HANSEN, João Adolfo. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 264-299, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3j0M9cf>. Acesso em: 14 out. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Sermões do padre Antônio Vieira. *Brasiliiana Digital*, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3gwHCO9>. Acesso em: 22 abr. 2021.

LISBOA, João Luís et. al. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Évora: Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002. V. 1.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil*. 3ª ed. Estudo e notas por Afonso d'Escragolle Taunay. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1920.

MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII*. Bragança Paulista: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2010.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018.

MEIRELES, Maria Adelaide; CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 32, jan/jun 1997. Disponível em: <https://bit.ly/32VaPKF>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Catilinária mineira: o Discurso da revolta de 1720 em Vila Rica. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (orgs). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Faperj; Companhia de Índias, 2015.

NOTICIA e iustificaçam do titvlo, e boa fee com qve se obrou na Nova Colonia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Iovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza; aprovado, ratificado, e Confirmado por ambos os Principes. Lisboa: na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681. Disponível em: <https://bit.ly/3dG5xsv>. Acesso em: 22 abr. 2021.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento e a busca da definição de uma fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola (1680-1750). *Anais do VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio Sobre as Cidades do Prata*. VI Seminário de Estudos Urbanos e Regionais e III Colóquio Sobre as Cidades do Prata, Pelotas, 2010, p. 9-30. Disponível em: <https://bit.ly/3eW8TY7>. Acesso em 24 abr. 2021.

PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Trad. Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39ZIXsP>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RIBEIRO, Marília de Azambuja. A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira (séculos XVII-XVIII). In: FRANCO, José Eduardo; PEREIRA, Paulo Silva (orgs.). *Revisitar Vieira no século XXI: cultura política e atualidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 389-413. V. 1. Disponível em: <https://bit.ly/32HhZ4Z>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ROBERTS, Lissa. The Circulation of Knowledge in Early Modern Europe: Embodiment, Mobility, Learning and Knowing. *History of Technology*, v. 31, p. 47-68, 2012.

ROMEIRO, Adriana. O governo dos povos e o amor ao dinheiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 51, fasc. 1, p. 107-121, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3t4eINf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. São Paulo: Humanitas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios até os presentes tempos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5-58, 1901.

SANTA MARIA, Padre Francisco de. *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1714.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. *Marcas de Água: séculos XIV-XIX*. Coleção TECNICELPA. São João de Ver: Rainho e Neves, 2015.

SILVA, Jaqueson Luiz. "Leys da história", "estilo claro", "ordem e sucessão das cousas" na História do Futuro do Padre Antônio Vieira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 82-105, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2QDrwrt>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VASCONCELLOS, P. Simam. *Noticias curiosas, e necessarias das covsas do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668. Disponível em: <https://bit.ly/3tL0mNN>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VASCONCELLOS, P. Simam. *Vida do veneravel padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tvmaturgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1672. Disponível em: <https://bit.ly/3dK67W8>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VIEYRA, Antonio. *Historia do Futuro*. Livro antepimeyro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718. Disponível em: <https://bit.ly/3enZmsl>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VIEYRA, Antonio. *Sermoens, e varios discursos*. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, 1710. Tomo XIV. Disponível em: <https://bit.ly/32F2RVU>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 258-303.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.